



## EDITORIAL

Antonio Teixeira de Barros<sup>1</sup>

Com a presente edição, a revista *E-Legis* completa 30 números publicados, apresentando, mais uma vez, um conjunto heterogêneo de artigos da área de Ciência Política, Filosofia Política e Direito. Abrimos com a tradução do célebre texto do filósofo britânico Jeremy Bentham (1742-1832), “Crítica à doutrina dos direitos naturais e inalienáveis”. A tradução foi realizada pelo Prof. Dr. André Sathler, integrante do corpo docente do Programa de Mestrado em Poder Legislativo do Cefor.

Em nota, o tradutor faz um paralelo entre as críticas de Bentham naquela época e o atual contexto das políticas neoliberais, em que “o Estado ameaça os direitos individuais, sociais e econômicos, invocando o ‘interesse público geral’, apenas outra forma de expressar o princípio da utilidade”. O eixo da reflexão de Bentham, como explica Sather, está no “repúdio radical à proposição de direitos que seriam naturais e imprescritíveis, de um modo específico, e ao jusnaturalismo, no geral”. O debate “relaciona-se diretamente à assunção da premissa de que a utilidade deveria ser o critério último em todas as questões éticas, que, por sua vez, está na raiz do pensamento utilitarista”. Para Bentham, “o governo teria como finalidade alcançar o máximo de felicidade para o máximo possível de pessoas, e não a de reconhecer direitos individuais”. Trata-se, sem dúvida, de uma questão que continua atual e relevante.

Na sequência temos dois blocos de artigos, sendo o primeiro de estudos do campo da Ciência Política e o segundo do Direito. Abre o primeiro bloco o artigo de Sérgio Mendonça Benedito, “A iniciativa legislativa popular na América Latina: leis, procedimentos e efetividade”. Além de fazer um mapeamento dos mecanismos institucionais de participação popular, as conclusões evidenciam um alto nível dos condicionantes para se levar uma iniciativa popular adiante nos parlamentos latino-americanos.

---

<sup>1</sup> Editor da revista E-Legis.

O artigo “A nacionalização dos partidos e do sistema partidário brasileiro”, assinado por Leonardo Rodrigues de Moraes, Willber Nascimento, José Alexandre da Silva Júnior, Ranulfo Paranhos dos Santos Filho e Albany Ferreira Lima, analisa o nível de nacionalização dos partidos políticos e do sistema partidário brasileiro. Os resultados indicam que o sistema partidário brasileiro se estrutura entre os três maiores partidos com representação na Câmara dos Deputados Federal: PMDB, PT e PSDB. Contudo, isso não significa que esses partidos sejam grandes em todas as unidades da federação.

Maria Cristina M. de F. Bacovis e Fabiano Santos apresentam o texto “Alarme de incêndio como estratégia legislativa: o caso da comissão de direitos humanos e minorias da câmara de deputados do Brasil”. Trata-se de uma análise da atuação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados do Brasil desde sua criação até os dias atuais. A principal conclusão é que a agenda de direitos humanos no âmbito da referida comissão tem seguido a lógica denominada na literatura de alarme de incêndio.

Bruno Pasquarelli contribui com o estudo “Dynamics of party competition in foreign policy decision-making process of Brazil and Chile”. O estudo analisa o processo de tomada de decisão em política externa, examinando os governos do Partido dos Trabalhadores no Brasil e do Partido Socialista no Chile. A pesquisa avalia como os atos internacionais podem ser objeto de ação legislativa e partidária, considerando os conflitos e disputas entre governo e oposição.

Na sequência temos o estudo assinado por Tiago Alexandre Leme Barbosa e Bruno Marques Schaefer, “Candidatos e eleitos deputados estaduais no Brasil: para onde vai a representação política (1998-2018)? ” O trabalho analisa a evolução do perfil social dos candidatos e eleitos para o cargo de deputado estadual no Brasil entre os anos de 1998 e 2018. Com base nos dados dos *Observatório de Elites Políticas e sociais* os autores levam em conta as variáveis gênero, escolaridade e profissão entre os postulantes aos legislativos estaduais. Os dados indicam que mulheres ainda estão sub-representadas e que o nível superior completo é um atributo de candidatos e eleitos.

Humberto Dantas, Felipe Rivello da Silva, Paulo Marcelo Rocha Garcia e Ronival Silva Virgolino são os autores de “Educação política, democracia e demanda jovem: a visão de estudantes de ensino médio sobre a política”. A premissa dos autores é que a educação política tem desafiado princípios gerais da democracia e, principalmente, têm estado no centro das atenções de escolas do parlamento. Assim, o estudo considera que é necessário conhecer o que os jovens pensam sobre política, democracia, eleições e

partidos. Partindo dessa ideia o objetivo do trabalho é compreender, por meio de pesquisa quantitativa, comparando cidades, o que jovens do terceiro ano de ensino médio de um conjunto de escolas públicas de Belém-PA, Macapá-AP e São Paulo - SP pensam sobre política e como se relacionam com a temática.

O artigo “Análise da política migratória brasileira: vetos presidenciais à lei de migração”, de João Hélio Ferreira Pes e Janaina Romero Rodrigues Rossi, tem como foco analítico os vetos presidenciais à nova lei de migração brasileira. A conclusão é que os vetos presidenciais não observam a evolução no que tange aos direitos humanos, referentes ao ato de migrar, presente nos tratados internacionais adotados pelo Brasil, assim como são contrários ao espírito humanitário da própria Lei de Migração.

Fechando o bloco político há um artigo metodológico, de autoria de Ricardo Modesto Vieira: “Métodos de Análise Automatizada de Conteúdo Aplicados aos Discursos Parlamentares”. O estudo apresenta as principais ferramentas de metodologias automatizadas para análise textual e suas aplicações na análise de conteúdo de discursos parlamentares.

No bloco jurídico há dois artigos. O primeiro é assinado por Ludimila Santos Derbli Correio: “O transplante jurídico do regulamento geral de proteção de dados da união europeia (“GDPR”) para o direito brasileiro”. O estudo faz uma análise comparativa entre o Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia e a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018). O objetivo é verificar se a legislação nacional consiste no transplante jurídico do modelo da União Europeia e, uma vez reconhecido o transplante, analisar o dispositivo introduzido pela LGPD que autoriza o Poder Público ao tratamento e uso compartilhado de banco de dados pessoais para execução de políticas públicas.

O segundo texto é de autoria de Francisco José Vilas Bôas Neto e Tomiko Bôas Yoshimura Carvalho Maia Correio: “A fundamentação das decisões e o exercício efetivo do contraditório”. A finalidade do estudo é demonstrar que a decisão judicial fundamentada se configura como o exercício material do contraditório, superando a ideia tradicional do contraditório apenas como elemento formal da relação processual.